

Licenciaturas e suas modificações curriculares: as determinações legais do MEC - BR e os currículos da UFRGS

Elizabeth Diefenthaler Krahe¹

Resumo

Este texto discute o desenvolvimento dos trabalhos de reformulação curricular das licenciaturas da UFRGS, trazendo a experiência construída com a pesquisa *“Modificações curriculares decorrentes da LDBEN nas licenciaturas da UFRGS”* em desenvolvimento, a qual analisa de forma comparativa, as decorrências das demandas legais por reformulações na formação de professores no Brasil após a promulgação da Lei 9394/96. O referencial é construído com Bernstein, Popkewitz e Boaventura Santos, entre outros. Objetiva identificar e analisar indícios de mudanças paradigmáticas inovadoras em relação ao papel do educador expressas seja nos referenciais dos projetos de mudança, através dos desenhos das propostas de grades curriculares, das súmulas e programas previstos ou, ainda, através das expressões dos professores envolvidos, através de entrevistas. A análise está indicando a convivência atual da utilização de pressupostos progressistas, como o modelo de integração, de racionalidade prática, com propostas enraizadas numa racionalidade técnico/instrumental, traços ligados a uma sociedade conservadora ainda presentes nos currículos em estudo. Finalizamos com o relato do desenvolvimento de uma estrutura curricular, que está orientando as reformulações curriculares das Licenciaturas da UFRGS: um modelo de formação de professores elaborado por uma equipe da Faculdade de Educação (GT Licenciaturas) em colaboração com a Coordenadoria das Licenciaturas (COORLICEN).

Palavras-chave: Inovação Universitária. Formação de Professores. Currículo. Reforma Curricular.

Teacher education courses and curricular change: national legal requirements and curricular et UFRGS

Abstract

The UFRGS curricular reforms at teacher education courses are presented through the partial results of a research titled *“Modificações curriculares decorrentes da LDBEN nas licenciaturas da UFRGS”* (Curricular changes as result of the National Education Law on teacher education courses at UFRGS). Based on Bernstein, Popkewitz and Boaventura Santos studies this research analyses with comparative methodology the results of the 1996's Law on the curricula of those courses, trying to identify signs of innovative paradigm changes in relation to teacher's role on programs, summulae or curriculum design, and through the voices of interviews of teachers that work on this courses. The preliminary analysis shows the contemporary conviviality of the use of progressive surmises, as the integration model of practical rationale, with propositions based on techno-instrumental surmises, related to a conservative society still present on some of the studied curricula. This text ends with the presentation of the development of a curricular structure which is actually orienting the reforms at teacher education courses at UFRGS: a model organized by a team of teachers at de Education Faculty (GT Licenciaturas) in collaboration with the Teacher Education Courses Coordinators (COORLICEN).

Keywords: Universitarian Innovation. Teacher Education. Curriculum. Curriculum Reform.

¹ Doutora em Educação pelo PPG Educação UFRGS; professora/orientadora do PPG Educação UFRGS; coordenadora da COORLICEN UFRGS

1. Situando os caminhos escolhidos Conselho Nacional de Educação

A formação de professores, no momento atual de valorização da educação, no Brasil, tem sido apontada como um dos tópicos principais, no sentido de uma possível intervenção visando às melhorias no sistema. Trabalhando no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na linha de pesquisa "Universidade Teoria e Prática" e participando da Rede Sulbrasileira de Investigadores de Educação Superior (RIES), como representante desta universidade, e atualmente na Coordenadoria das Licenciaturas da UFRGS, julgo basilar a necessidade de acompanhar, com olhar investigativo, a forma com que tem sido desenvolvido o trabalho de reformulação dos currículos de formação de professores, nesta Instituição, frente às demandas legais, objetivando compartilhar com outras instituições formadoras de professores para a Educação Básica as reflexões advindas dos dados representados pelos avanços e percalços usuais em caminhadas deste porte.

Na educação brasileira, a atual legislação (Lei 9.394/96) trouxe indicações inovadoras no que tange à formação de professores nesta virada de milênio, embora não apresentasse muitas das reivindicações que educadores, especialistas e leigos preocupados com a área haviam sugerido durante sua elaboração. A Lei de Diretrizes e Bases do Ensino Nacional (Lei 9394/96 -LDBEN) promulgada em dezembro de 1996, não representa apenas mais uma reforma de leis, como as ocorridas nas décadas 70 e 80. Seus artigos 61 a 65 e a legislação complementar que os seguiu, em especial as Resoluções números 1 e 2 de março de 2002, do Conselho Nacional de Educação, nos levam a refletir, discutir e questionar este aspecto específico da educação brasileira, e, em particular, o papel que nós, os professores formadores de professores, temos neste processo.

Atualmente, de maneira mandatória, as unidades de formação de professores, em todos os níveis na nação, estão discutindo e implantando reformas em seus currículos, visando à adequação às normas e diretrizes curriculares do Ministério de Educação, nos cursos de licenciatura, isto é essencialmente visível no que diz respeito às disciplinas de Prática de Ensino, Estágio Supervisionado e Atividades Complementares. Acrescenta-se a importante determinação legal de que as licenciaturas sejam cursos com características próprias, independentes dos bacharelados.

Através do trabalho de análise de duas licenciaturas, na UFRGS, em tese de doutoramento, foi-me possível observar o distanciamento entre os professores encarregados das disciplinas da especialidade em relação aos professores da formação pedagógica; não só o distanciamento físico (em virtude dos diversos campi desta Universidade), mas fundamentalmente de relacionamento, de troca de experiências e expectativas, de discussão de objetivos e metas, de elaboração de referenciais comuns. Este distanciamento se traduz no desconhecimento, por um expressivo número dos professores que trabalham com um mesmo grupo de alunos, do que se refere ao desenvolvimento de cada uma das demais disciplinas componentes do curso de formação destes licenciandos. O professor da especialidade ignora o que se desenrola nas aulas das pedagógicas e vice-versa, ocasionando uma formação fragmentada, quando deveria ser no mínimo de complementaridade, ainda que o ideal fosse o de integralidade. Ouso afirmar que este distanciamento não se dá somente entre os professores das diferentes áreas, mas também entre aqueles de uma mesma.

Na UFRGS, a partir do trabalho desenvolvido nos anos de 1990, pelo Fórum das Licenciaturas, houve a oportunização de as diferentes unidades de formação de professores reunirem-se, visando analisar os estatutos de seus trabalhos, a legislação brasileira no que se refere à área e as decorrentes modificações curriculares, procurando dinamizar a caminhada das obrigatórias modificações nos currículos das licenciaturas. Decorrendo deste movimento, foi criada a Coordenadoria das Licenciaturas (Coorlicen), ligada à Pró-reitoria Adjunta de Graduação. Esta Coordenadoria está, desde 2001, trabalhando ativamente junto às diversas Comissões de Graduação das 17 Licenciaturas da UFRGS, articulando, em parceria com o Grupo de Trabalho sobre Licenciaturas (GT Licenciaturas) da Faculdade de Educação da mesma Universidade, o movimento de reflexões que está dando origem às modificações necessárias pela mandatoriedade da atual legislação. Posteriormente, neste texto, vou explorar mais este trabalho.

Em início de 2004 o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da UFRGS, a partir de proposta da Coorlicen, definiu uma resolução (Resolução 03/2004) que norteia os trabalhos de re-configuração curricular de todas as licenciaturas da UFRGS. Esta Resolução constitui, hoje, o parâmetro dos currículos de cursos de formação de professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Frente a este período de reformulações apresentou-se a necessidade de preservar a história destas modificações curriculares, identificando e analisando, nos movimentos que propõem as reformas, indícios de mudanças paradigmáticas inovadoras em relação ao papel do educador, expressos seja nos referenciais dos projetos de mudança, através dos desenhos das propostas de grades curriculares, das súmulas e programas previstos ou, ainda, através das expressões dos professores envolvidos, coletadas em entrevistas.

Para tanto, optou-se por uma pesquisa na perspectiva histórico-crítica, ou seja, leva-se em consideração os contextos sócio-político-culturais do país e seus efeitos na determinação de políticas públicas educacionais específicas. Neste sentido Popkewitz (1997, p.13) afirma que:

O estudo das práticas de reforma do ensino contemporâneo implica a colocação de fatos específicos do ensino dentro de uma formação histórica que pressupõe a existência de relações entre poder e conhecimento. Assim, a atenção é dirigida às condições históricas, práticas institucionais e epistemologias, mais do que aos discursos e textos em si.

Aqui tratarei da pesquisa "*Modificações curriculares decorrentes da LDBEN nas licenciaturas da UFRGS*" que está investigando, como afirma seu título às modificações curriculares nos cursos de licenciatura da UFRGS referentes à Lei 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), em seu primeiro movimento. Na urgência de parar para olhar a nossa realidade - licenciaturas da UFRGS- decidiuse investigar com mais profundidade como todos os cursos que formam professores dentro desta Universidade estão estruturados e de que forma vislumbraram adequar seus currículos ao que exige a lei; investigar como as 17 licenciaturas da UFRGS se articularam entre 1996 e 2001 visando a pensar a implantação das 300 horas de práticas pedagógicas, exigidas em um primeiro movimento pela legislação nova. As balizas são as datas de 1996, ano da promulgação da Lei 9394/96 e 2001, início dos trabalhos da citada Coorlicen. Esta investigação vincula-se ao PPGEDU/UFRGS, e

serve de subsídio aos trabalhos desenvolvidos na/pela Coorlicen.

É papel desta investigação, também, analisar as conseqüências de tais mudanças, quais as necessidades e especificidades de cada curso de licenciatura, a crise destes cursos, contrapondo à análise do Ministério, bem como desvelar em que medida a formação de professores continua, apesar das diversas reformulações, sendo desenvolvida de acordo com um modelo de racionalidade técnica, ou mesmo como continuidade do modelo clássico, conforme constatado em trabalho de doutoramento defendido em 2000 no PPG Educação UFRGS (KRAHE, 2000).

Com base no conjunto de dados colhidos objetiva-se explicitar e analisar de acordo com o método comparativo as reformas curriculares das licenciaturas da UFRGS, usando como referencial a linha teórica crítica.

Descrevendo o suporte teórico utilizado no estudo destas forças, das quais a presente investigação analisa uma pequena amostra, Santos (2000, p. 32) lembra que: *“a teoria crítica pós-moderna parte do pressuposto de que o conhecimento é sempre contextualizado pelas condições que o tornam possível e de que ele só progride na medida em que transforma em sentido progressista essas condições”*.

Dentro desta perspectiva, o trabalho que vem sendo desenvolvido é dividido em quatro passos. O primeiro corresponde à contextualização histórica, sócio-econômica e educacional que singularizam, em suas semelhanças e diferenças, as diversas licenciaturas da UFRGS, através do estudo dos currículos, súmulas, planos de disciplinas, entrevistas semi-estruturadas com o professorado envolvido na reestruturação curricular decorrente da LDBEN. O segundo passo compreende estabelecer ligações entre os fatores externos analisados e os currículos das licenciaturas em foco na pesquisa. A seguir, feitas tabelas com os dados qualitativos e quantitativos, examinam-se as semelhanças e diferenças resultantes da justaposição do estudo, permitindo a elaboração de sugestões para as novas propostas de currículos para a formação de professores em licenciaturas.

2. Analisando os currículos das licenciaturas

Já foram desenvolvidos os estudos acerca das características dos cursos de licenciatura da UFRGS, bem como coletados os dados relevantes dos currículos e súmulas e montados quadros com tais informações. Para tanto a pesquisa já coletou e analisou os dados referentes aos 17 cursos de licenciaturas através do estudo e análise acurados dos dados conforme encontrados nos livros de Súmulas e Currículos, publicados pela Pró-Reitoria de Graduação, referentes aos anos de 1996 e 2001. O trabalho com estes materiais teve como objetivo fazer um mapeamento de como se estruturaram as licenciaturas desta universidade, de que maneira fizeram a transição entre 1996 e 2001 (se com pequenos ajustes ou com grandes reformulações), tendo em vista a obrigatoriedade, já logo da promulgação da Lei da adequação dos cursos de Licenciaturas às 300 horas de Práticas Pedagógicas previstas na LDBEN.

Uma vez feita a análise fundamental desta investigação, foi possível a construção de quadros e gráficos ilustrativos, comparando já em um primeiro movimento da proposta metodológica desta pesquisa, as diferenças marcantes entre a oferta de disciplinas de cunho pedagógico e da especialidade nos currículos das diferentes licenciaturas analisadas. Na grande maioria destas encontrou-se, de maneira mais ou menos explícita, o modelo clássico de formação de professores adjetivado

de “3+1”, isto é, uma proporcionalidade três vezes maior para a carga de formação da especialidade em comparação com a formação pedagógica. Evidenciou-se até mesmo a racionalidade técnica pura, na qual o “verniz pedagógico” ao final do curso foi explicitado, através de desenho da grade no qual as disciplinas pedagógicas são sugeridas para as etapas finais, às vésperas do Estágio Supervisionado.

Para a mesma pesquisa foram realizadas, também, entrevistas semi-estruturadas com chefes das Comissões de Graduação das licenciaturas da UFRGS. Estas foram gravadas, transcritas e atualmente estão em fase de análise. Exemplifico abaixo com uma amostra de falas das entrevistas, ainda em categorização definitiva. Nestas transcrições é possível observar uma tendência a ‘acomodar’ a proposta legal aos currículos, sem necessariamente passar por uma reformulação de fundo. Exemplifico:

(...) O conteúdo, quer dizer, já é um conteúdo que entra nesses temas transversais, que essas novas regras estão aí e são temas de conhecimento geral e próprio de Ensino Fundamental e Médio. Então o que que nós vamos ter que introduzir? Uma metodologia de ensino dessa disciplina que seja ao mesmo tempo um exercício prático; então, eu experimentei isso na minha última turma, funcionou.

E engajar esses alunos em projetos comunitários é outra coisa que deveria ser feita. Tem lá no campus, já funcionando um pré-vestibular, tem vários pré-vestibulares para carentes aí, eu acho que esses alunos podem participar. A partir dessa disciplina fazer esses ensaios, acho que isso, como é a metodologia das próprias disciplinas poderia atender os pré-requisitos. (professora da área das Ciências Humanas)

(...) a gente não teve problema... eu sei que tem cursos que depois quando veio aquela listagem, completou para preencher as 300 horas, a gente não precisou. (...) aproveitando essa alteração que teve, aí foi feito um “geralção”, já que ia fazer aquela alteração curricular ampla. (professora da área da Saúde)

Nos parágrafos acima não se evidencia uma mudança de racionalidade na proposta de formação de professores, como veremos a seguir na discussão das racionalidades que embasam os currículos de formação de professores.

Já descrevi que este estudo se encontra em processo final de análise das entrevistas, buscando, igualmente, tecer considerações com essas informações e com os quadros produzidos na primeira etapa da pesquisa. Nesse processo de (re) leitura das entrevistas estamos percebendo contradições entre as falas dos entrevistados e os dados que constituem os referidos quadros, bem como garimpando elementos característicos das categorias utilizadas para análise visando enquadrá-los para melhor entendimento. Essas categorias, que são em pares opostos, foram retiradas da tese citada e sucintamente representam:

A1) *racionalidade técnica* – na qual a construção da identidade profissional que se dá no somatório do perfeito domínio dos conteúdos específicos da especialidade onde atua e preparo básico em metodologias e técnicas pedagógicas, enfatizando a qualificação através do domínio da especialidade;

A2) *racionalidade prática* – aqui o docente é visto como um profissional autônomo, reflexivo, criativo e capaz de tomar decisões sobre sua ação pedagógica; sujeito que percebe a ação pedagógica como complexa, singular, instável; entendendo-a como conflitiva, onde estão imersos seus valores, inseguranças, etc.

Um segundo par na categorização usada é:

B1) *reflexão teórica* – quando há escolhas conscientes, intencionais da fundamentação teórica, ou seja, o trabalho do profissional será construído sobre uma teoria propositadamente escolhida;

B2) *praxe estabelecida* – é a categoria que aparece em contraponto à anterior; diz respeito à ação docente, que tem pressupostos teóricos a embasá-la, todavia estes não foram analisados, esclarecidos, sendo mais ligados ao senso comum, à tradição, às atividades diárias do que à ação refletida.

O estudo em questão não se esgota na análise das mudanças curriculares que tiveram efeito nas licenciaturas da UFRGS entre 1996 e 2001, mas aponta para a necessidade de acompanhamento cuidadoso dos movimentos atuais de reformulações na formação de professores, pautados pela legislação indicada no início deste texto. A pesquisa possui uma relação direta, como já enfatizamos, com o trabalho que é desenvolvido na e pela Coorlicen.

Nesta mesma perspectiva de mudanças na formação de professores, vive-se atualmente na Faculdade de Educação da UFRGS e nas demais licenciaturas, a construção de um novo currículo, reestruturado de uma maneira totalmente renovada, como discuto a seguir, de acordo às proposições legais e com as discussões contemporâneas da necessidade de aproximar/integrar a formação pedagógica à formação da especialidade, na busca da quebra da racionalidade técnica, da praxe, já obsoleta, mas ainda em vigor em muitas propostas curriculares como demonstrado na tese citada e está se delineando nos dados da pesquisa acima evidenciada.

3. Construindo uma nova proposta

As reflexões acerca das necessárias reformas curriculares das Licenciaturas da UFRGS refletem também o movimento construído na Faculdade de Educação a UFRGS, por um grupo de professores envolvidos com as disciplinas pedagógicas oferecidas aos 17 cursos de licenciaturas desta Universidade. Estas disciplinas sofreram várias modificações durante a última década, levando a uma atualização dos conteúdos abordados pelas mesmas. Conforme Doll (2004), estas adaptações foram necessárias em função de mudanças na própria sociedade brasileira, mas também para absorver as discussões científicas atuais dentro das áreas.

Todavia, ao final dos anos 1990, ao lado das modificações, que levaram à criação de novas disciplinas e a mudanças nos planos de ensino, um outro movimento começou a se manifestar na Faced. Aconteceram reuniões esporádicas, entre os professores das diferentes áreas de formação pedagógica, para coordenar os conteúdos abordados nas disciplinas e desenvolver uma perspectiva pedagógica mais geral para a formação dos licenciandos. Em particular sobressaía a preocupação dos professores das Práticas de Ensino, uma vez que nas atividades docentes daquela disciplina os alunos deveriam integrar e aplicar os conhecimentos e competências adquiridas durante o curso. Todavia evidenciavam-se neste ponto do currículo certas

falhas do processo de formação.

Frente ao desvelamento da necessidade de pensar mais aprofundadamente os problemas desta área, da procura por uma discussão mais sistemática em relação às disciplinas pedagógicas nas licenciaturas, organizou-se um grupo constante, no qual participavam representantes de cada uma das áreas da formação pedagógica, além da eventual participação dos Chefes dos Departamentos. O Grupo de Trabalho das Licenciaturas na Faculdade de Educação (GT Licenciaturas), oficializado em dezembro de 2000 (Portaria 39/00 FAGED) tinha suas reuniões abertas à participação de todos os professores.

Frente às Resoluções CNE/CP 1 e 2 de 2002, que instituíram Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica, a necessidade de reformulações curriculares profundas nos cursos de licenciatura da UFRGS ficou evidente, logo o GT Licenciaturas seguiu seu trabalho em 2001 através da análise dos diferentes cursos de licenciaturas, compartilhando os resultados com a Coordenação. Nesta situação, o GT Licenciaturas se propôs a elaborar uma estrutura curricular, baseada nas exigências legais, que poderia servir de modelo para as reformulações curriculares das Comissões de Graduação, respeitando as especificidades de cada curso. Assim, o GT Licenciaturas retomou as preocupações surgidas nas discussões dos professores das disciplinas pedagógicas. Segundo Doll (2004) entre as preocupações discutidas destacaram-se:

- *Fragmentação da formação do professor*: como já apontei anteriormente neste texto as disciplinas freqüentadas pelos alunos apresentam, muitas vezes, pouca relação entre si e pouca integração dentro do currículo, existindo dificuldades na relação entre disciplinas teóricas e práticas, e disciplinas pedagógicas e específicas, levando os alunos a um conjunto de informações isoladas e desconectadas.

- *Formação pedagógica restrita*: as disciplinas pedagógicas não conseguiriam abranger o amplo e necessário campo para a formação de professores, excluindo aspectos filosóficos, históricos, sociológicos e antropológicos fundamentais para a discussão da educação. Ao lado disto, a evidência de uma lacuna em disciplinas opcionais e obrigatórias alternativas que possibilitariam aos alunos uma escolha segundo seus interesses e necessidades.

- *Concentração das disciplinas pedagógicas no final do curso*: este aspecto discutido anteriormente neste texto, quando apontamos a característica de 'verniz pedagógico' dificultando o desenvolvimento de uma identidade profissional de professor, já que este aparece somente no final do curso.

- *Auto-imagem*: a construção da identidade de professor no decorrer do curso, e não somente no período da prática de ensino.

- *Dificuldades organizacionais*: as disciplinas pedagógicas desenvolvem suas aulas, via de regra, na Faced, possibilitando, desta forma, acesso à biblioteca do setor da educação e contatos com as várias atividades, cursos e palestras do campo educacional. Todavia um expressivo número de cursos de licenciatura têm efeito no Campus do Vale, distante a 10 km do Campus Central, onde se encontra a FAGED, obrigando aos alunos a enfrentar viagens, às vezes bastante longas fragmentando os turnos e dispersando os trabalhos.

Licenciaturas e suas modificações curriculares: as determinações legais do MEC - BR e os currículos da UFRGS

Elizabeth Diefenthaler Krahe

Tendo estas constatações por base os grupos do GT Licenciaturas e a Coordenação desenvolveram princípios orientadores para a elaboração de um novo modelo curricular para formação de professores na UFRGS. Este modelo objetiva:

- organizar as disciplinas pedagógicas em blocos de um turno inteiro a partir do primeiro semestre do curso;
- desenvolver uma perspectiva crítica e uma integração de aspectos teórico-práticos nas disciplinas pedagógicas;
- possibilitar, durante o curso, uma mudança de perspectiva do aluno de uma visão aluno-professor para uma perspectiva professor-aluno;
- oferecer um amplo leque de disciplinas obrigatórias, obrigatórias alternativas e eletivas possibilitando uma maior escolha para os alunos;
- diferenciar entre disciplinas fundamentadoras e disciplinas de aprofundamento;
- articular entre as disciplinas de cunho pedagógico e as disciplinas específicas, pensando na atuação do futuro professor no Ensino Básico;
- formar um intelectual que se põe em permanente operação crítica e suspeita, um sujeito reflexivo em busca de conhecimento;
- oferecer para os alunos opções que permitem uma articulação entre pesquisa, ensino e extensão.

Ao lado dos princípios acima evidenciados, foram pensadas questões recorrentes, são partes inerentes a um curso de licenciatura contemporâneo: aprender-ensinar / planejar-avaliar; postura investigativa; instrumentalização no uso de recursos técnicos, tecnologias e estratégias; espaços e tempos escolares; ética e estética; relação professor-aluno / práticas docentes; construção e vivência do sujeito “professor”; recursos de ensino, tecnologias e estratégias; aluno: diferentes olhares; integração dos conhecimentos.

A discussão sobre formas curriculares atuais foi também elemento que contribuiu para a elaboração do modelo, destacando-se os elementos de riqueza (abrangência, indeterminação, estimulando um pensamento criativo e divergente), de recursão (currículo em espiral, revendo e revisitando as “questões recorrentes” durante a formação, possibilitando um aprofundamento e uma percepção por diferentes ângulos), de relações (por dentro e por fora do currículo) e de rigor (busca intencional de dedicada de alternativas, relações e conexões) (DOLL Jr., 1997).

Desta caminhada resulta uma estrutura curricular, baseada em eixos integradores para cada semestre, bem como súmulas dos eixos e enfoques específicos (Tabela 1).

A organização do currículo em blocos (Gráfico 1), que possibilitaria uma organização diferenciada para cada COMGRAD, foi o próximo passo na elaboração da proposta. Nestes blocos destacam-se as “Disciplinas articuladoras” que devem

ser elaboradas em conjunto entre o Instituto ou Faculdade do curso e a Faculdade de Educação dentro do espírito da proposta de Práticas conforme a Resolução 1/2002 do MEC. Sugere-se igualmente blocos de disciplinas "Integradoras específicas" ao final do curso, objetivando integrar os conteúdos e temáticas trabalhados nos eixos frente à demanda específica do Estágio.

Como já anunciamos anteriormente, esta proposta foi amplamente analisada e discutida nas reuniões da Coorlicen, com a participação de representantes de todas as Comissões de Graduação, da Faced, da pró-Reitoria de Graduação, e da sociedade civil representada por professores ligados à Secretaria de Educação do RS, do Conselho Estadual de Educação e do Simpro (Sindicato de Professores do Ensino Privado). Uma vez aceito o modelo, cabia a normatização do mesmo, o que aconteceu pelo CEPE UFRGS, através da citada resolução 03/2004.

Desta forma, o trabalho da Coorlicen e do GT Licenciaturas da UFRGS tem tido continuidade, estando o momento atual voltado para a implantação das reformas nos currículos de todas as licenciaturas e a elaboração das novas disciplinas pedagógicas, a reestruturação de disciplinas já existentes (Didática Geral, Psicologia, Organização da Educação Brasileira) e a criação de disciplinas no campo da Filosofia da Educação, da Sociologia da Educação e da História da Educação.

Conforme bem aponta Doll (2004), o momento atual representa um desafio, pois nestas discussões encontram-se perspectivas diferentes de educação, mas também interesses específicos, o que tem a ver com vagas de professores, carga horária e espaços ocupados. Evidencia-se assim que a elaboração de um novo currículo sempre acontece num campo de poderes, forças e interesses (SILVA, 1999).

Finalizando, podemos afirmar que nas reformas em análise estamos encontrando elementos que indicam a utilização de pressupostos progressistas, como o modelo de integração, de racionalidade prática, convivendo com discussões que evidenciam posturas enraizadas numa racionalidade técnico/instrumental, traços ligados a uma sociedade conservadora. Esta simultaneidade de visões tão díspares na formação de professores reflete uma das características de nosso tempo: um tempo de transformações, um tempo de passagens, um tempo de mudanças, um tempo de incertezas, um tempo de procuras.

Referências

BRASIL, Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial*, Brasília: v. 134, n. 248, 23 dez. 1996.

DOLL, J. KRAHE, E. D. *A elaboração de um currículo para a formação de professores da Educação Básica: o caso da UFRGS*. 2004. Mimeo

DOLL Jr., W. E. *Currículo: uma perspectiva pós-moderna*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

KRAHE, E. D. *As reformas na estrutura curricular de licenciaturas na década de 90: um estudo de caso comparativo: UFRGS (Brasil) – UMCE (Chile)*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000. Tese (doutorado)

Licenciaturas e suas modificações curriculares: as determinações legais do MEC - BR e os currículos da UFRGS

Elizabeth Diefenthaler Krahe

POPKEWITZ, T. S. *Reforma educacional: uma política sociológica: poder e conhecimento em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SANTOS, B. de S. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. São Paulo: Cortez, 2000. v.1. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência

SILVA, T. T. *Documentos de Identidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Pró-Reitoria de Graduação. Departamento de Controle de Registro Discente, Departamento de Controle Acadêmico. *Cursos de graduação: Currículos*. Porto Alegre: 1996.

____. Pró-Reitoria de Graduação. Departamento de Controle de Registro Discente, Departamento de Controle Acadêmico. *Cursos de graduação: Currículos*. Porto Alegre: 2001.

____. *Súmulas: graduação*. Porto Alegre: 1996.

____. *Súmulas: graduação*. Porto Alegre: 2001.

Correspondência

Elizabeth Diefenthaler Krahe - Faculdade de Educação da UFRGS - Dept. Estudos Especializados - Campus Central da Universidade, Av. Paulo Gama s/n, Porto Alegre, RS, Brasil. Cep: 90046-900
E-mail: elzkrahe@terra.com.br

Recebido em agosto de 2004

Aprovado em setembro de 2004

Licenciaturas e suas modificações curriculares: as determinações legais do MEC - BR e os currículos da UFRGS

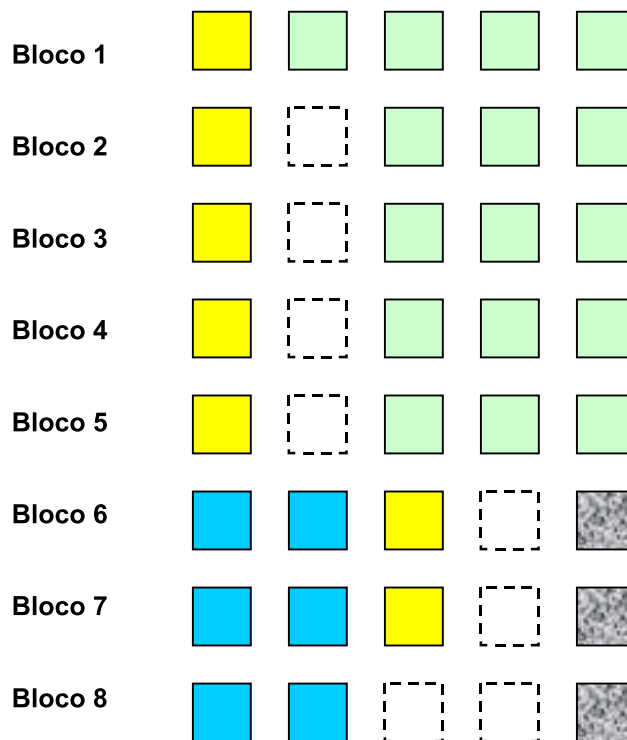
Elizabeth Diefenthaler Krahe

Tabelas e Gráficos

Tabela 1: **Eixos, súmulas e ênfases**

Nome do eixo	Súmula	Ênfases
Relações sociais	Papel das relações sociais que circulam e funcionam no espaço escolar constituindo saberes, comportamentos, procedimentos, rituais e sujeitos (professores - alunos).	Relação aluno (professor) - aluno, partindo da experiência individual e do contexto social
Processos sócio-históricos na Educação	Entender as práticas e os acontecimentos que configuram a educação escolar, os processos sócio-históricos (micro e macro), políticos e econômicos que engendraram e engendram as práticas escolares (tipos de escola, currículo, pedagogias, tipos de conhecimento, processos avaliativos, tipos de alunos de professores, legislações) atualmente.	Reflexões sobre o papel social da escola; Entrelaçamento da história escolar individual com a história da educação.
Os sistemas sociais e a constituição do professor	Tomando a atividade filosófica como trabalho crítico do pensamento sobre si e no que nos tornamos, pensar como os sujeitos são constituídos e como aprendem/adquirem determinados conhecimentos, comportamentos, valores, sentidos, gênero, sexualidade, desde que nascem nas diversas práticas culturais em que aprendem e compartilham significados.	Olhar investigativo e fundamentos epistemológicos; Significações e articulações interdisciplinares.
Investigando as práticas educativas	Examinar os conhecimentos aprendidos pelos estudantes nas experiências de vida, o papel e as finalidades do professor e das práticas escolares nos diferentes campos (seleção de conteúdos, processos avaliativos, estratégias pedagógicas) na produção de conhecimentos úteis para a vida das pessoas (problemas, exigências cotidianas de trabalho ou formação para o Ensino Superior).	Processo de investigação e o aperfeiçoamento deste olhar diante da prática pedagógica; Olhar questionador à educação a partir de uma análise do currículo.
Pesquisa e os espaços-tempos escolares	Analisar e repensar as estratégias de ensino/aprendizagem, o planejamento, a avaliação e a construção dos conhecimentos, considerando quem são os alunos, os contextos escolares e as finalidades do ensino, bem como as relações que estabelecem com o meio social, cultural em que se encontram implicados.	Reflexões sobre os processos de ensino-aprendizagem.
Experiências escolares: Estágio e instrumentação.	Blocos que permitam refletir as experiências vividas nas salas de aula.	Instrumentação no ensino das diferentes disciplinas; Realização da prática docente; Análise e reflexão das experiências vividas na prática docente; Registro, documentação e divulgação das experiências na formação.
Registro, documentação e divulgação das experiências na formação.		
Experiências escolares: Estágio e análise.		
Experiências escolares: Elaboração da monografia, seminário de apresentação e divulgação.		

Gráfico 1: Organização dos Blocos Pedagógicos



Legenda

-  Disciplinas pedagógicas
-  Estágio
-  Disciplinas articuladoras
-  Disciplinas específicas
-  Integradoras específicas
-  Atividades complementares (200h)